



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Ordem Patriarcal de Gênero, raça/etnia e classe)

## **Violências trans: a mulher que morre duas vezes**

Ana Gabriela da Silva Almeida Prado<sup>1</sup>  
Terezinha de Fátima Rodrigues<sup>2</sup>

**Resumo:** Violências e violações constituem o viver da população LGBTI+<sup>3</sup> no Brasil. Essas violências ganham maior complexidade em se tratando de mulheres transexuais. Este trabalho analisa o fenômeno das violências contra as mulheres transexuais, que tem suas vidas marcadas pela morte, aqui pensada na duplicidade do morrer (processo biológico) e social, a que implica isolamento e abandono.

**Palavras-chave:** violências; mulheres transexuais; direitos

**Abstract:** Several types of violence constitute the everyday lives of LGBTI+ people in Brazil. Those types of violence are more complex when targeting trans women. This article offers an analysis on the violence against trans women, whose lives are marked by death, hereby discussed both as a biological process and as a social one, which results in isolation and neglect.

**Keywords:** violence; trans women; rights

---

<sup>1</sup>Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo. Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal de São Paulo. [gabrielaaprado@hotmail.com](mailto:gabrielaaprado@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professora Adjunto na Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista. Docente na Graduação e Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais [terezinha.unifesp@gmail.com](mailto:terezinha.unifesp@gmail.com)

<sup>3</sup>LGBTI+: sigla atribuída a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais e outras identidades de gênero e sexualidade não contempladas na atual sigla adotada, representadas pelo +.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

## **1 INTRODUÇÃO**

O Brasil ocupa o lugar de país que mais mata LGBTI+ no mundo, com números elevados e características de crueldades. Segundo Relatório do Grupo Gay da Bahia - GGB (2019), “a cada 20 horas, um LGBT morre de forma violenta vítima da LGBTfobia (...) e se mata mais homossexuais e transexuais no Brasil do que nos treze países do Oriente e África onde há pena de morte contra os LGBT” (p. 01).

Em termos relativos, as pessoas trans representam a categoria sexológica mais vulnerável a mortes violentas (...) estimativa referendada pelas próprias associações da categoria, indicam que o risco de uma pessoa trans ser assassinada é 17 vezes maior do que um gay. (GGB, 2019, p. 02)

Embora o assassinato de pessoas transexuais, especificamente os de mulheres trans, possa ser somado ao feminicídio, ele apresenta características particulares e distintas dos assassinatos de mulheres cisgêneras<sup>4</sup>.

Em geral, os assassinatos não são motivados contra o gênero feminino mas contra o indivíduo que assume o gênero feminino, reforçando a ideia que esse modo de existir não é correto e precisa ser exterminado. Outro ponto que difere do feminicídio é a relação dos assassinos com as vítimas, que tende a não ser de proximidade ou afetivo, não caracterizando a ideia de posse sobre o outro.

Esse tipo de violência se aproxima, em grande escala, do discurso moral conservador, assentado em uma suposta imoralidade de sujeitos que não correspondem ao padrão do pensamento hegemônico, no caso, o padrão heteronormativo.

---

<sup>4</sup>Refere-se a indivíduos que se identificam em todos os aspectos com o gênero atribuído ao nascer. Fonte: Manual de Comunicação IGBTI+. Aliança Nacional LGBTI e GAYLATINO.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

É após a eclosão da “questão social” (séc. XIX) e mais especificamente, pós Revolução de 1948 que o pensamento conservador se solidifica articulado aos interesses de manutenção da reprodução social/econômica, marcas do capitalismo. A Igreja, aliada a burguesia, passa a ser a “grande mediadora do pensamento conservador burguês para a manutenção da ordem capitalista por meio da adequação das pessoas, evidentemente sob uma forte dominação ideológica (...)” (CISNE, 2015, p. 50).

Conforme aponta Iamamoto, o conservadorismo moderno “é fruto de uma situação histórica social específica: a sociedade de classes em que a burguesia emerge como protagonista do mundo capitalista”, consolidando um padrão normativo nos modos de pensamento e de comportamento, visando a manutenção da ordem capitalista. (IAMAMOTO, 199, p. 22, apud CISNE, 2015, p. 48)

É a partir dessa concepção ideológica do conservadorismo burguês que são construídos, de acordo com os interesses da burguesia, os padrões normativos impostos na sociedade. Padrões como a heteronormatividade e a concepção binária de ser humano enquanto masculino e feminino, bem como a instituição de seus respectivos papéis sociais, e por consequência, a construção do ideário de família, sob a égide do patriarcado.

O conservadorismo se intensifica e se consolida diante da ameaça à hegemonia burguesa, contrapondo-se a quaisquer formas que possam colocar em risco o que considera o “ideal” na sociedade capitalista, no caso, a reprodução social e papéis atribuídos a homens e mulheres sendo o padrão heteronormativo, a regra. A negação da diversidade está presente legitimando inúmeras expressões de violência contra as minorias em “desacordo” ao padrão normativo imposto.

Segundo Benevides e Nogueira (2019), no ano de 2017, foram assassinadas no Brasil, 179 pessoas, sendo 169 travestis e mulheres transexuais e 10 homens trans. No ano de 2018, foram 163 pessoas trans, sendo 1 pessoa não binária; 4 homens trans e 158 travestis e mulheres trans (p. 15).

Os dados do IBGE (2016), reforçam essas estatísticas: a média nacional referente



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

à expectativa de vida no país é de 75,8 anos. Essa expectativa cai para 35 anos no caso de mulheres trans, conforme apresenta estudos do Senado Federal (BORTONI, 2017).

Podemos atribuir o crescimento dos assassinatos ao recrudescimento de posturas em uma perspectiva conservadora, onde “gênero” ou “ideologia de gênero” passam a ser pautas de movimentos assentados em ativismos religiosos que buscam ações voltadas à imposição de valores morais tradicionais.

A partir de junho 2013<sup>5</sup>, no Brasil, crescem movimentos reacionários e de cunho fascista, considerados compostos por uma nova direita<sup>6</sup> que instigam o ódio e por meio de ataques, buscam uma verdadeira cruzada moral, assentados em dispositivos retóricos reacionários e de cunho falacioso.

Tais cruzados morais investem maciçamente na (re)naturalização das concepções de família, maternidade, parentesco, (hetero)sexualidade, diferença sexual. Deste modo, procuram também promover a restauração ou, mais propriamente, o *aggiornamento* do estatuto da ordem sexual tradicional e reforçar as disposições relativas às normas de gênero, à homossexualidade obrigatória e à heteronormatividade. (JUNQUEIRA, 2017, pág. 26)

---

<sup>5</sup> “Junho de 2013 expressou uma resistência às formas de mercantilização do trabalho e das terras urbanas manifestada por um desejo de mais democracia e investimentos públicos”, afirma o sociólogo da USP, Ruy Braga. A onda de insatisfação reverberou na presidente Dilma Rousseff, que tinha aprovação de 57% e viu sua popularidade cair à metade naquele mês. As ruas, historicamente ocupadas pela esquerda, também passaram a ser disputadas por grupos que se opunham tanto ao Partido dos Trabalhadores (PT) quanto aos demais movimentos esquerdistas que faziam oposição aos governos petistas. “O que prevaleceu de Junho de 2013 é um tipo de narrativa bem ilusória e reacionária”, considera Braga.

<sup>6</sup> Há um aglomerado ideológico mais ou menos coeso que é chamado de nova direita, na qual misturam-se ideais do conservadorismo, do libertarianismo e do reacionarismo. A essas ideias somam-se outras que remetem à apologia do eugenismo e da segregação racial que fazem com que a nova direita flerte, de maneira consciente ou inconsciente, com construtos que remetem ao nazismo e ao fascismo. Isso não quer dizer que as pessoas que se interessam pelos ideais da nova direita sejam necessariamente simpáticas a ideias de segregação ou supremacia racial, nazistas ou fascistas. O problema, mais complicado, é que essas ideias circulam sem oposição nos meios da nova direita, frequentemente defendidas sob a justificativa da liberdade de expressão. Fonte: CARAPANÁ. A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

As ações destes grupos que, a partir de 2015, ganham maior visibilidade instigam o ódio e a intolerância, articulando um discurso de violências contra as minorias, dentre essas, a população LGBTI+. Os números de violências apontados nas diversas pesquisas demonstram esta realidade com um crescimento alarmante de transfeminicídios.

A morte física não é a única violência sofrida pela mulher trans. Interligada às questões de raça, classe e etnia, a vida da mulher transexual é permeada por diversas formas de violência e de negação de seus direitos o que pode ser caracterizado como uma morte social. Um processo que a massacra enquanto ser humano, extinguindo as possibilidades individuais de exercer sua cidadania de maneira plena.

## **2 A PRIMEIRA MORTE: A MORTE SOCIAL**

Para Berger (1985, apud CORDEIRO, 2009, p. 3), a morte social é dividida em duas categorias: a “morte individual por comodismo e autoabandono e a morte anômica, pelo isolamento e solidão decorrente do afastamento compulsório de atividades na família e na coletividade”.

A sociedade é a guardiã da ordem e do sentido não só objetivamente, nas suas estruturas institucionais, mas também subjetivamente, na sua estruturação da consciência individual. É por esse motivo que a separação radical do mundo social ou anomia, constitui tão séria ameaça ao indivíduo. O indivíduo não perde, nesses casos, apenas os laços que satisfazem emocionalmente. Perde a orientação na experiência. Em casos extremos chega a perder o senso de realidade e identidade. Torna-se anômico no sentido de se tornar sem mundo (BERGER, 1985, p. 34 apud CORDEIRO, 2009, p. 3)

É a partir dessa concepção de morte anômica que compreendemos a morte social



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

das pessoas transexuais, causada pela exclusão imposta pela sociedade, fundamentada no ideário conservador burguês.

Conforme Barroco (2015, p. 624) a função ideológica do conservadorismo é a reprodução de um determinado modo de vida baseado em “valores historicamente preservados pela tradição e pelos costumes - no caso brasileiro, um modo de ser mantido pelas nossas elites, com seu racismo, seu preconceito de classe, seu horror ao comunismo”.

Neste contexto, diversas formas de preconceito se consolidam gerando expressões de violência, direcionadas principalmente às minorias que vivem em desacordo com os padrões conservadores estabelecidos. Uma das expressões são as violências contra as pessoas LGBTI+, em especial, às mulheres trans. Em muitas situações, estas violências se originam dentro da casa, pelo núcleo familiar.

Segundo Badinter (1993), são nos primeiros momentos de vida da criança que a construção social da identificação do sujeito com o sexo e o gênero se inicia. Neste momento, a influência familiar é de grande impacto na socialização da criança.

Os pais, seguindo os padrões socialmente impostos de heteronormatividade, geralmente atribuem aos filhos, atividades e comportamentos referentes a seu sexo (feminino ou masculino), impondo à criança trans um universo que se torna totalmente nocivo por não condizer com seus desejos e interesses, e que acaba por negar a maneira como se identifica.

Em geral, é no período da adolescência que o processo transexualizador costuma ocorrer, e neste período as relações familiares passam a ser fortemente tensionadas com a discordância da família. Muitas delas são expulsas de casa, e, desamparadas, buscam acolhimento nas ruas.

Estima-se que 13 anos seja a idade média em que travestis e mulheres transexuais são expulsas de casa. (BENEVIDES E NOGUEIRA, 2019, p. 19). Aquelas que conseguem se admitir transexual nesta fase, vivenciam uma série de preconceitos e discriminações, e “não raramente, se vêem obrigadas a se afastarem do convívio com os familiares (SOUZA,



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

2012, p. 35).

As violências se sucedem e o espaço da escola é outro local de fortes sofrimentos e violações. O ambiente escolar reproduz a ideia conservadora e preconceituosa fundamentada no preceito de adequação individual dos sujeitos. Crianças e adolescentes transexuais são expostos a situações vexatórias como a proibição do uso do banheiro adequado à sua orientação de gênero; o *bullying* praticado pelos colegas e não combatido de maneira efetiva na unidade escolar; dentre outros, situações geradoras de intensificação de sofrimentos que muitas vezes imputa em quadros de ansiedade e/ou depressão severos, podendo levar ao suicídio.

O suicídio da população trans é motivado pelo Estado; pela política, que não contempla esta população; pela sociedade transfóbica que faz com que queiram se matar; pelos inúmeros constrangimentos, humilhações, situações vexatórias, opressões; pela falta de apoio familiar para lidar com toda a transfobia vivida, já que muitas/os são expulsas/os de casa; pela ausência de amparo familiar, social, institucional; pela transfobia verbal, física, psicológica, institucional que atinge pessoas trans todos os dias. (MONTEIRO, 2017)

Essa experimentação tende a ser traumática e geradora de sentimentos de aversão em relação à escola tendo, como consequência, o abandono escolar, impossibilitando a capacitação formal e dificultando, posteriormente, o acesso dessas pessoas ao mercado formal de trabalho.

Sem contar com o devido apoio familiar, muitas transexuais costumam enfrentar sozinhas as discriminações na escola e nos diversos contextos. Isso nos permite supor que possa existir um círculo vicioso: o preconceito na infância prejudica sua formação e a não capacitação juntamente com a exclusão pelo preconceito, deixam-lhe poucas opções no mercado de trabalho. (SOUZA, 2012 p. 37)

Segundo Cantelli e Nogueira (2019), em levantamento da realidade de estudantes trans no Brasil (pesquisa realizada por meio de formulário eletrônico no final do ano de 2018), de 250 pessoas que responderam, 52% indicaram que sofreram algum tipo de



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

violência no ambiente escolar, sendo os jovens entre 14 e 18 anos (52 entrevistados), as maiores vítimas. Do total, 50% declararam ter abandonado os estudos em algum momento da vida. Dentre os motivos constavam a transfobia, a depressão e a falta de recursos financeiros. Sobre obstáculos encontrados no cotidiano escolar, 38% indicaram o preconceito, 18% assédio moral, 16% agressões verbais, dentre outros (p. 39). Em relação aos direitos negados nas instituições educacionais os mais citados foram o uso do banheiro correspondente à identidade de gênero (39%) e a efetivação do nome social (26%).(p. 37-39).

As dificuldades de permanência na escola por pessoas trans, com altos índices de evasão, pode ser exemplificado nos dados de Alves (2018) quando informa que “56% da população trans não possui o ensino fundamental; 72% não possui o ensino médio; e apenas 0,02% estão no ensino superior”.

Com baixa escolaridade, apoio familiar e possibilidade no acesso ao mercado formal de trabalho, a situação das mulheres trans se complexifica. Geralmente é nas ruas e a partir da prostituição, que encontram uma forma de subsistir.

A maioria possui pouco ou nenhum vínculo familiar, baixa escolaridade, baixa capacitação profissional. Na maior parte das vezes dependem de redes de solidariedade e/ou recorrem a trabalhos sexuais como única forma de ganhos financeiros para sobrevivência, o que facilita o uso e a dependência de substâncias químicas assim como tem o risco aumentado para a infecção por HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis. (MACEDO, 2018)

Outras violências se somam no acesso e atendimento nos serviços públicos de saúde. A conduta profissional de alguns agentes de saúde no atendimento a pessoas transexuais e travestis é permeada por preconceitos, desrespeitos e discriminações.

As violências mais comuns são referentes ao uso do nome social e a marginalização da forma de vida, do uso de drogas e infecções por HIV (SOARES, 2018) processos que podem ser determinantes para o distanciamento destes serviços fragilizando os cuidados





Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

com a saúde. Importante ressaltar que essas violências incidem de formas mais ou menos violentas nas pessoas transexuais de acordo com as questões de raça, etnia, origem geográfica e condição social.

Tais determinantes sociais associados às violências psicológicas, físicas e sexuais vivenciadas e ao estigma atrelado às identidades travestis e transexuais reforçam a exclusão social e podem contribuir para o adoecimento e agravo da saúde física e mental nesta população. É importante que os profissionais de saúde (re)conheçam a realidade social geradora do estigma que recai sobre travestis e transexuais, permitindo uma visão integral na saúde ao considerar outras tantas vulnerabilidades que se sobrepõe para esta população (SOARES, 2018, p. 82).

### **3 A SEGUNDA MORTE: O TRANSFEMINICÍDIO**

A morte possui concepções e significados diversos que variam de acordo com a sociedade e cultura, no entanto, de modo geral, ela se refere ao fim de um ciclo ou cessamento do corpo material; uma condição natural a qual estão sujeitos todos os seres. Para as mulheres transexuais, muitas vezes a morte vem de maneira abrupta e violenta, é o denominado transfeminicídio.

Para Bento (2014), para além de um ataque contra o gênero feminino, “o transfeminicídio se caracteriza como uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação da população trans no Brasil, motivada pelo ódio e nojo”

Este lugar feminino, encarnado em um corpo que nasce com pênis, torna-se exponencialmente mais nocivo às concepções coletivas de que a forma do corpo e os hormônios, determinam a identidade de gênero de uma pessoa. Esta visibilidade “choca” a moral conservadora presente na sociedade.

Bento (2014), aponta o transfeminicídio como a expressão “mais potente e trágica do



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

caráter político das identidades de gênero”. A pessoa é assassinada porque além de romper com os destinos naturais do seu corpo-generificado o faz publicamente.

É possível identificar neste tipo de crime a intencionalidade ideológica de extirpar a figura transexual da sociedade. Com o objetivo de “limpar a imoralidade”, a “inadequação de “monstros” que as disseminam levando a sociedade à falência moral.

As mortes são ritualizadas, com os corpos mutilados e dilacerados e acontecem, principalmente à noite e em ruas desertas. As famílias raramente reclamam os corpos e como dados, tem-se a absoluta ausência de processos criminais. As identidades de gênero não são respeitadas na preparação do corpo e no registro da morte. A pessoa assassinada retorna ao gênero imposto, reiterando, assim, o poder do gênero enquanto lei que organiza e distribui os corpos (vivos ou mortos) nas estruturas sociais. (BENTO, 2014).

Nestes crimes, conforme Benevides e Nogueira (2019), a associação que mais se repete, articula agressões físicas, linchamentos, afogamentos, espancamentos e facadas.

Oitenta e três por cento (83%) dos assassinatos foram apresentados com requintes de crueldade como uso excessivo de violência, esquartejamentos, afogamentos e outras formas brutais de violência. Houve ainda 11 casos de execução direta com número elevado de tiros entre 06 e 26 disparos, diversos apedrejamentos e decapitações. O que denota o ódio presente nos casos. (...) vemos notícias de corpos gravemente mutilados, tendo objetos introduzidos no ânus das vítimas, tendo seus corpos incendiados e esquartejados e repetidamente golpeados. (BENEVIDES E NOGUEIRA, 2019, p. 23)

Embora o desrespeito ao nome social das vítimas gere subnotificações que comprometem o levantamento total dos dados, Benevides e Nogueira (2019) apontam que no ano de 2018, foram assassinadas 163 pessoas transexuais, sendo uma não binária; 4 homens trans e 158 travestis e mulheres trans; 97,5% dos assassinatos foram contra pessoas trans do gênero feminino (158 casos). A maioria das vítimas (60,5%) possuía entre 17 e 19 anos; 29,1% entre 30 e 39, e 10,5% entre 40 e 49 anos. Em 82% dos casos, as vítimas eram negras e pardas; e, 65% dos assassinatos vitimaram profissionais do sexo,



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

evidenciando a questão racial e de classe, visto que as mulheres transexuais negras são maioria na prostituição.

A violência tem variação conforme a renda da pessoa que sofre a agressão. As mulheres *trans* que não tem outra forma de sustento que não a prostituição, estão muito mais expostas à violência física, por enfrentar dia-a-dia a intolerância nas ruas, como também à violência psicológica, quando posta em comparação às ricas. (MORAES, 2019)

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Brasil lidera a lista de países que mais mata pessoas transexuais e travestis no mundo. Diante de uma sociedade, construída a partir do pensamento conservador, com valores ressignificados no campo das intolerâncias e ódios, a pessoa transexual experimenta ao longo de sua vida, que muitas vezes é breve, inúmeras situações de preconceitos, violências e violação de direitos.

Muitas famílias não aceitam os filhos transexuais e estes são vítimas, no decorrer de suas vidas, por diferentes formas de violências expressas em agressões e intimidações. Quando da adolescência, em muitos casos, são expulsos de casa. A escola não possui políticas educacionais para tratar da transexualidade e combater o bullying. No campo dos serviços de saúde e outras políticas sociais a presença dos preconceitos impede o acesso igualitário a estes serviços.

As violências incidem, de maneira mais intensa, nas mulheres transexuais, que sem família e formação educacional, buscam na prostituição, maneiras de subsistir. Esses processos dificultam a inserção social e condições de vida digna diante de sua identidade de gênero resultando na morte social, marcada por sucessivos “não reconhecimentos”, vivência



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

de preconceitos, abandonos e isolamentos. Muitos destes processos, podem chegar ao transfeminicídio, a morte por meio de brutais assassinatos, carregados de ódio e preconceitos.

Em tempos de ódios e intolerâncias e de uma agenda política contrária aos direitos LGBTI+, mais do que nunca, deve estar presente em diferentes estratégias, a politização da discussão com posicionamentos demarcadamente contrários a quaisquer formas de violências e a apuração/punição de casos de violências impetrados aos LGBTI+.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

**REFERÊNCIAS**

ALVES, Isabela. **Expectativa de vida de transexuais e travestis no Brasil é de 35 anos.** Observatório do Terceiro Setor, 2018. Disponível em: <<https://observatorio3setor.org.br/noticias/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-travestis-no-brasil-e-de-35-anos/>> Acesso em: 12 mar. 2019

BADINTER, Elisabeth. **XY: sobre a identidade masculina.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira. - 1993.

BARROCO, Maria Lúcia S. - **Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out/dez. 2015.

BENEVIDES, Bruna G; NOGUEIRA, Sayonara N. B. **Dossiê Assassinatos e violência contra Travestis e Transexuais no Brasil em 2018.** Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA e Instituto Brasileira Trans de Educação – IBTE, 2019. Disponível em <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contrapessoas-trans-em-2018.pdf>> Acesso em 06. jan. 2019.

BENTO, Berenice. **Brasil: O país do transfeminicídio.** CLAM, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.clam.org.br/destaque/conteudo.asp?cod=11606>>. Acesso em 30 jan. 2019.

BORTONI, Larissa. **Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional.** Senado Federal, Brasília, 2017. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>>. Acesso em 16 mar. 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Expectativa de vida do brasileiro sobe para 75,8 anos.** Dez. 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18469-expectativa-de-vida-do-brasileiro-sobe-para-75-8-anos.html>> Acesso em 24 fev. 2019

CANTELLI, Andreia L; NOGUEIRA, Sayonara N. B. A realidade das/os estudantes trans no Brasil. In: CANTELLI, A.L; PEREIRA, F. R; OLIVEIRA, J.J; TOZO, N>L; NOGUEIRA, S.N.N



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Orgs). **As Fronteiras da Educação: a realidade dxs estudantes trans no brasil.** Instituto Brasileiro Trans de Educação – IBTE, 2019, p. 27-44. Disponível em: <<https://storage.googleapis.com/wzukusers/user-31335485/documents/5c50350f95db81ka6cN8/ibte2019.pdf>> Acesso em 11 mar. 2019

CARAPANÃ. **A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo.** In: O ódio como política – A reinvenção das direitas no país. GALLEGO, Esther Solano (Org). SP, Boitempo, 2018.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social.** 2.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CORDEIRO, Domingos Sávio de Almeida. A morte em grupos de convivência de terceira idade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14. 2009, Rio de Janeiro. **Anais[...].** Disponível em: <[http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=224&Itemid=171](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=224&Itemid=171)> Acesso em 18 mar. 2019

FLORESTI, Felipe. **Manifestações de 'Junho de 2013' completam cinco anos: o que mudou?** Revista Galileu, 2018. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2018/06/manifestacoes-de-junho-de-2013-completam-cinco-anos-o-que-mudou.html>> Acesso em 17/03/2019.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes Violentas de LGBT+ No Brasil Relatório 2018.** 2018. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio-2018-1.pdf>> Acesso em: 16 mar. 2019

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos** Brasília: 2012. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/87846526/Orientacoes-sobre-Identidade-de-Genero-Conceitos-e-Termos>> Acesso em 15 mar. 2019

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **“Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária** – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: *Debates Contemporâneos sobre Educação para sexualidade*. Rio Grande, RS, Editora da FURG, 2017.

MACEDO, Rosayne. **Transfobia na saúde: público LGBT enfrenta preconceito no SUS.** Vida e Ação, 2018. Disponível em: <<https://www.vidaacao.com.br/transfobia-na-saude-publico-lgbt-enfrenta-preconceito-no-atendimento/>> Acesso em: 18 mar. 2019



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

MONTEIRO, Frida Pascio. **Desvelando a transexualidade: Suicídio e uma vida que não pertence às/aos transexuais.** PSTU, 2017. Disponível em: <<https://www.pstu.org.br/desvelando-a-transexualidade-suicidio-e-uma-vida-que-nao-pertence-asaos-transexuais/>> Acesso em 14 mar. 2019

MORAES, Renan Ribeiro de. **Violência contra e mulher transgênero: Para além da agressão física.** Âmbito Jurídico, 2016. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=18029&revista\\_caderno=24#\\_ftn1](http://www.ambito-juridico.com.br/site/n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=18029&revista_caderno=24#_ftn1)> Acesso em: 17 mar. 2019

REIS, Toni (Org). **Manual de Comunicação LGBTI+.** Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018.

SOUZA, Heloisa Aparecida de. **Os desafios do trabalho na vida cotidiana de mulheres transexuais.** 2012. Tese (Mestrado em Psicologia) - PUC Campinas, Campinas, 2012.